



## Os movimentos sociais e a tragédia no Rio Doce: estudo de caso do Fórum Capixaba em defesa da Bacia do Rio Doce

Lorena Pinheiro Martins<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente estudo busca verificar a efetividade do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce no que diz respeito às suas principais estratégias frente à luta na defesa dos Direitos Humanos, analisando os principais aspectos das organizações da sociedade civil emergentes do contexto de tragédia socioambiental na Bacia do Rio Doce (coletivos, movimentos sociais, entidades civis e associações). À luz da Teoria do Processo Político será observada a dinâmica dos movimentos sociais e organizações civis atuantes no Fórum, seus repertórios de ação coletiva, suas redes de relações, e seu enquadramento interpretativo. Neste propósito, foi feita a pesquisa empírica para compreensão da formação de redes de defesa dos direitos humanos mediante a articulação e a ação difusora do Fórum Capixaba em Defesa da Bacia do Rio Doce, das organizações civis emergentes neste contexto e das diversas ações realizadas pelo Fórum, as quais atuam contra as violações de direitos humanos em detrimento da tragédia no Rio Doce. Em termos metodológicos foi utilizado o método qualitativo e a pesquisa documental de fontes produzidas pelos atores sociais envolvidos.

**Palavras-Chave:** Movimentos Sociais, Direitos Humanos, Tragédia Socioambiental, Rio Doce, Ativismo, Redes.

Recebido em 19/03/2021  
Aceito para publicação em 23/02/2022

### Introdução

A barragem do Fundão, estrutura operada pela empresa Samarco Mineração S.A. (controlada paritariamente pelas multinacionais Vale S.A e BHP Bilinton Brasil Ltda), rompeu no dia 05 de novembro de 2015, no município de Mariana-MG, produzindo o maior desastre relacionando à atividade de mineração, ocorrido no Brasil, segundo pesquisa da Justiça Global

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestranda em Ciências Sociais pelo PGCS/UFES. Endereço de email: lorenapinheiromartins@gmail.com.

em 2015 (GEPPEDES, 2017). Após o rompimento, a lama de rejeitos produziu destruição socioambiental por 663 km nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce até chegar na foz do último, onde adentrou 80 km<sup>2</sup> ao mar. A lama percorreu cerca de 500 km pela região de Ipatinga, Governador Valadares e Resplendor, até chegar no Espírito Santo, pela cidade de Baixo Guandú, após dez dias do rompimento. A lama foi se espalhando e afetando também a cidade de Colatina que depende exclusivamente do Rio Doce, onde foi necessário interromper o abastecimento de água no município. O último município no Espírito Santo a ser atingido foi Linhares, chegando na foz do Rio Doce em um de seus distritos mais importantes nos setores turístico, pesqueiro e de preservação ambiental – Regência.

Dado tantos problemas e danos causados pela tragédia, diversos movimentos sociais e formas de ativismo surgiram para chamar a atenção governamental e levar à sociedade uma interpretação sobre a degradação ambiental e as formas de luta pela defesa dos Direitos Humanos. A questão que orienta este trabalho diz respeito à atividade do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce a partir desta tragédia socioambiental. O Fórum surgiu neste espírito em assembleia que reuniu 72 entidades em defesa da bacia do rio Doce, a fim de manter uma mobilização permanente e atuar enquanto um espaço plural, democrático e de luta pela vida, pela água e pela Terra. Nessas 72 entidades estão inclusos Associações, Pastorais, Movimentos, Conselhos, Centros, Sindicatos, ONGs, Núcleos e Fóruns.

Para um melhor entendimento, podemos utilizar algumas definições gerais do termo movimentos sociais. Essas definições são “diferentes” quando se tratam de analistas e ativistas, onde esses estendem o termo a qualquer ação coletiva popular relevante ou àquelas que passam por sua aprovação. Mais especificamente, ativistas ambientalistas, que são os que tomaremos como importantes atores na formação dos movimentos sociais consideram que qualquer iniciativa popular em favor do meio ambiente, ocorrida no lugar que for, torna-se parte do movimento ambientalista mundial.

Os movimentos sociais aparecem como forma de ação coletiva, termo que abrange um campo amplo de significados. Em sua teoria de mobilização política, Charles Tilly (1979) cunhou a categoria analítica “repertório de ação coletiva” para designar o conjunto limitado de formas históricas que os atores acionam para perseguir objetivos comuns (ALONSO, 2012). Enfatizou que os repertórios surgem como um aglomerado de formas de ação, porém diferenciados conforme os momentos históricos, sendo: o do século XVIII e

XIX, um tipo mais “rígido” (próprio das autoridades) e o outro mais “flexível” (a opção dos grupos não inseridos nas instituições públicas).

Além dessa distinção dos repertórios em dois tipos e de sua associação ao momento histórico, Tilly remodelou o termo nos anos 2000 inserindo a ideia de *performance* dentro do confronto político. O repertório aparece, então, como um conjunto de *performances* que deviam ser analisadas:

*Apresentar uma petição, fazer um refém, ou organizar uma manifestação constituem uma performance vinculando pelo menos dois atores, um reivindicador e um objeto das reivindicações. [...]. Performances se aglutinam em repertórios de rotinas reivindicatórias que empregam os mesmos pares de objeto de reivindicação: padrões e empregados, camponeses e proprietários de terra, facções nacionalistas rivais, e tantos outros (TILLY, 2006, p. 35 apud ALONSO, 2012, p. 30).*

Na teoria de mobilização e do confronto político de Tilly o conceito de repertório de ação coletiva assume centralidade, o qual sofreu importantes redefinições no sentido da inclusão das noções de *performance*, experiência e agência humana, conforme sintetiza Alonso (2012):

*Tilly partiu, em 1976, de uma noção de repertório como formas de ação reiteradas em diferentes tipos de conflito; abordagem estruturalista e racionalista, concentrada na ligação entre interesse e ação e privilegiando atores singulares. Trinta anos depois, o conceito se apresenta relacional e interacionista, privilegia a experiência das pessoas em interações conflituosas, e o uso e a interpretação dos scripts em performances, a nova unidade mínima do repertório. A adição de performance e o olho nas interações foi seu modo de adensar a agency e mitigar o estruturalismo de origem (ALONSO, 2012, p. 32).*

O conceito de enquadramento interpretativo de ação coletiva (*frame*), trabalhado por Sidney Tarrow (2009 [1998]), faz parte de uma dimensão importante da análise, pois é um elemento que imprime singularidade a uma mobilização coletiva. O *frame* apresenta a dinâmica de leitura cognitiva de um determinado conflito, localizando-o em seu contexto sócio histórico e cultural. Nesse sentido, o enquadramento é construído pelos ativistas dentro dos

movimentos sociais, em um processo mais ou menos deliberado, e que reinterpretam tanto símbolos tradicionais da cultura, quanto inova criando símbolos que podem dar uma identidade ao movimento e demonstrar as perspectivas de pensamento que a mobilização se vale para empreender a ação coletiva, podendo ganhar apoiadores que irão compor e dar liga às mobilizações e às redes de movimento social (TARROW, 2009 [1998]).

Uma última categoria analítica importante para explicar o processo de disputa no movimento social é a de “rede de movimento social” (DIANI, BISON, 2010). De acordo com os autores, essa é constituída por uma pluralidade de atores políticos que se sensibilizam com as demandas de uma campanha, e que tem afinidades com os movimentos que as constroem, dando força política na conquista dos objetivos desses movimentos, corroborando com as frentes de luta, utilizando sua expertise adquirida, criando e compartilhando bandeiras de luta e modos de ação em uma campanha. Essas redes podem ser constituídas por um longo ou curto prazo, o que vai definir o quão sólida essa rede está. Portanto, uma rede auxilia na compreensão do que seja um empreendimento de movimento social como um todo e suas dinâmicas de interação. Diani e Bison (2010) propõe uma metodologia de análise das redes de movimentos que busca:

*[...] identificar diferentes dinâmicas no interior de redes de organizações de cidadãos, procedendo aos seguintes passos: identificação dos padrões de aliança, isto é, da estrutura de colaborações entre organizações em um dado momento; busca de indicadores de identidade coletiva, explorando a continuidade da colaboração ao longo do tempo e a extensão do reconhecimento mútuo, refletidas na participação simultânea em múltiplas organizações; avaliação da natureza conflituosa das interações que ocorrem na rede (DIANI, BISON, 2010, p. 220-221).*

A partir das abordagens teóricas de movimentos sociais podemos considerar o *Fórum* pesquisado como um ator fundamental nas análises de ação coletiva e de redes de movimentos sociais. Este tem se mobilizado numa luta permanente pela garantia e defesa dos Direitos Humanos, no contexto da maior tragédia socioambiental já registrada no Brasil, desafiando o Estado e as principais empresas controladoras do capital interno. Conforme destaca Michel Lowy (2009), os conflitos entre a sociedade e o Estado sempre foram existentes, principalmente na luta pela garantia e defesa dos Direitos Humanos, nos

seguintes termos: “a lógica capitalista levará a desastres ecológicos dramáticos, ameaçando a saúde e a vida de milhões de seres humanos e até mesmo a sobrevivência da nossa espécie, se não assistirmos a uma mudança radical do paradigma civilizacional” (LOWY, 2009, p. 49).

## Objetivos

O objetivo central desta pesquisa é identificar, mapear e caracterizar os movimentos sociais, organizações da sociedade civil e as formas de ativismo que compõe o Fórum Capixaba em Defesa da Bacia do Rio Doce, emergente em municípios do Espírito Santo afetados pela tragédia no rio Doce, com foco na defesa dos direitos humanos.

Na pesquisa também buscou-se identificar a rede de movimentos sociais, organizações civis, coletivos e ativistas que compõe o Fórum Capixaba em Defesa da Bacia do Rio Doce, formado por segmentos atuantes na defesa dos direitos humanos nos municípios afetados, além de mapear a estrutura da rede de relações sociais existente entre os diferentes movimentos, organizações sociais e ativistas que compõe o Fórum, identificando suas filiações múltiplas e suas redes de alianças através da análise de redes sociais. Por fim, empenhou-se caracterizar os repertórios de ação coletiva desenvolvidos pelo Fórum Capixaba em Defesa da Bacia do Rio Doce, isto é, suas estratégias de ação, táticas e performances mobilizadas na defesa dos direitos humanos na área afetada. Por fim, este trabalho busca identificar os enquadramentos interpretativos e identitários dos segmentos sociais e ativistas que formam o *Fórum*, a partir da sua percepção dos impactos socioambientais, das causas da tragédia e da definição dos oponentes, das suas pautas de reivindicação e percepção das soluções.

## Metodologia

Este trabalho se insere no campo de pesquisa que tem o propósito de caracterizar e analisar a efetividade da atuação dos movimentos de direitos humanos sobre a política pública de direitos humanos no Espírito Santo. Nesta finalidade, a seleção do Fórum Capixaba de Defesa do Rio Doce, como estudo de caso, corresponde a um dos atores e eventos que compõe a *Campanha Contra a Violação de Direitos Humanos no Rio Doce*, desencadeada desde a eminência da tragédia socioambiental. Os objetivos deste trabalho de identificar, mapear e caracterizar os repertórios de ação coletiva, as redes de relações e os

enquadramentos interpretativos do *Fórum* contribuiu para as pesquisas já existentes que buscam avaliar sob quais condições os movimentos sociais influenciam o processo de políticas públicas.

A metodologia desta pesquisa se define pelo método qualitativo e pelo uso de análise documental. A análise de documentos produzidos pelo *Fórum* e suas entidades participantes foi empregada no levantamento de dados sobre os repertórios de ação coletiva e os quadramentos interpretativos e identitários dos atores envolvidos na defesa dos direitos humanos na área do rio Doce. Na pesquisa documental, foram utilizados para análise alguns relatórios, manifestos, notas públicas e declarações. Além de pesquisa e buscas em *web sites* e redes sociais que fornecem informações, documentos e imagens que serviram para complementar a pesquisa e a geração de resultados.

Desta forma, os materiais empíricos foram processados e classificados em categorias de acordo com os objetivos deste trabalho. Por fim, com base na sistematização e análise dos dados coletados e no referencial teórico foi realizado o processo de produção deste trabalho final.

## Resultados

Ao inserir-se em um dado momento histórico um acontecimento, o indivíduo é mobilizado a defini-lo a partir de um enquadramento interpretativo, o qual orienta seu comportamento e ação coletiva. No caso desta pesquisa, temos o desastre ambiental como acontecimento principal a partir do qual são elaboradas interpretações pelos atingidos e construídas formas de ação coletiva. Neste processo, leva-se em consideração tanto o envolvimento subjetivo do ator com o desastre quanto os princípios de organização que governam o acontecimento e condicionam o envolvimento subjetivo individual. Diante do desastre, os atores se reuniram imediatamente após o ocorrido para chamar a atenção governamental, dar visibilidade à causa e levar à sociedade uma interpretação sobre a degradação ambiental e as formas de luta pela defesa dos Direitos Humanos.

No contexto do desastre socioambiental, a emergência do Fórum aqui analisado foi marcada pelo lançamento de um manifesto denominado “Manifesto de criação do Fórum Capixaba de Entidades em Defesa do Rio Doce”. As entidades que o compõem, em defesa do Rio Doce se dizem consternadas com a dimensão da tragédia socioambiental que se abateu sobre a Bacia do Rio Doce a partir do rompimento das barragens; Se identificam

solidárias com as famílias dos mortos e desaparecidos e com as 651 pessoas desabrigadas, além das populações ribeirinhas ao Rio Doce, do Povo Indígena Krenak e todas as cerca de 800 mil pessoas atingidas direta ou indiretamente pela lama. Se manifestam indignadas com as informações divulgadas pela Procuradoria Geral da República que informaram que a barragem estava sobrecarregada e que possivelmente houve negligência e omissão da empresa Samarco (Vale e BHP Billiton). Se mostram apreensivas com os impactos socioambientais do desastre: desertificação do solo, destruição da biodiversidade fluvial e da mata ciliar, extinção de espécies, toxidade da água utilizada por milhares de seres humanos, chegada da lama até à Foz no Oceano Atlântico e o risco real de rompimento da barragem de Germano e Santarém. As entidades que assinam o manifesto se dizem também sabedoras de que o ocorrido é originário do modelo devastador de desenvolvimento econômico que privilegia o interesse privado e o capital, em detrimento do interesse público e da distribuição de riqueza. E, estão conscientes que a sociedade civil desempenhará um papel fundamental na cobrança de providências efetivas por parte da empresa criminosa, no controle das ações do Estado, realizadas para conter os danos deste desastre e evitar que novos ocorram. As entidades que assinaram, e outras que aderiram posteriormente ao manifesto, reunidas no dia 16 de novembro de 2015, decidem nesses termos constituir o Fórum Capixaba de Entidades em Defesa da Bacia do Rio Doce “como sendo um espaço plural, democrático e permanente de luta pela vida, pela água e pela Terra!” (FÓRUM, Manifesto de criação, 2015). Em sua criação, o Fórum tinha como principais objetivos o controle das ações da empresa criminosa Samarco, o monitoramento das ações de responsabilização, a cobrança da adoção de medidas para prevenção de novos desastres e as articulações internas e externas a fim de tornar pública e conhecida essa tragédia.

Com o desenrolar das primeiras reuniões semanais do Fórum, conforme seus relatórios, foram identificados novos desafios à sua organização, quais sejam: viabilizar a participação direta de todas as entidades, criar mecanismos de comunicação regulares com os Fóruns locais, documentar e arquivar as ações do Fórum, aumentar a exposição das informações pertinentes ao Fórum à sociedade, aumentar a participação em atos públicos, sejam eles criados pelo Fórum ou espaços oferecidos a ele, informar questões de fato e técnico-científicas à população, bem como esclarecer contradições postas nos grandes meios de comunicação.

O fórum está estruturado em uma plenária, com reuniões mensais para deliberação de pontos cruciais e informes de primeira importância. Sua estrutura

funcional está assim distribuída: (i) uma coordenação com reunião semanal, aberta, conforme já praticada, essencial para o funcionamento do Fórum; (ii) comissões onde grupos de trabalho formados por membros do Fórum assumem funções específicas necessárias ao funcionamento contínuo do mesmo. A sua dinâmica interna de decisões é caracterizada pela deliberação dos temas e questões pelos próprios membros. Os Fóruns locais são, simultaneamente, autônomos e compõem o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce. O detalhamento da organização das comissões do Fórum e seu plano de trabalho são expostos a seguir<sup>2</sup>:

Das comissões:

- Comissão de articulação: tem a função de coordenar e implementar as ações do Fórum do ponto de vista institucional. Constitui-se porta-voz de fato do Fórum perante as demais entidades e instituições.
- Comissão de relatoria e documentação/Secretaria: arquivará e organizará toda a documentação produzida pelo Fórum ou de utilidade à causa. Também está incumbida de produzir as documentações a serem apresentadas nos mais diversos eventos ou às instituições.
- Comissão de comunicação: incumbida de dinamizar a atuação do Fórum nas redes sociais da internet, através de campanhas online, compartilhamento de notícias, sintetização de relatórios e pesquisas, divulgação das ações do Fórum, entre outros.
- Comissão de mobilização: possui a função de produzir campanhas e atos públicos junto às comunidades e entidades, seja produzindo eventos ou concretizando a adesão do Fórum a eventos, atividades, festas comemorativas.

Das tarefas propostas:

- Mapeamento dos núcleos de pesquisa: trata-se da listagem e classificação dos pesquisadores e grupos de pesquisa que compõem o Fórum ou se identificam com a sua causa. Tal mapeamento dos núcleos (jurídico, ambiental e social) cumprirá a função de identificação das pesquisas e pesquisadores confiáveis - leia-se, interessadas exclusivamente na proteção e promoção dos direitos socioambientais -, possibilitando visualizar com maior clareza quais são as autoridades científicas que o Fórum poderá acionar em caso de necessidade de esclarecimento ou perante informações contraditórias. Ao mesmo tempo, este

---

<sup>2</sup> As informações derivam de uma apresentação de slides no PowerPoint feito pelo Fórum informando todas as comissões de organização.

mapeamento possibilitará a comunicação entre pesquisadores que se debruçam sobre a mesma matéria, contribuindo para os trabalhos produzidos e para a qualidade das informações que chegarem ao Fórum. É muito importante que dois membros destes núcleos estejam presentes nas reuniões do Fórum, preferencialmente, naquelas da Coordenação.

- Fóruns locais: inicialmente, um grupo de trabalho se encarregaria de estimular a criação de fóruns nas localidades diretamente atingidas pelo crime ambiental. Caberia a este GT, estimular a criação destes fóruns, auxiliar a sua organização inicial e incentivar a participação no Fórum Estadual, seja nas plenárias ou no Conselho Geral. Posteriormente, o Conselho/Comissão de Articulação implementará um mecanismo de comunicação contínua com cada um dos fóruns locais.

O Fórum, a partir do desastre, realizou diversos encontros onde discutiram as ações que seriam conduzidas e os rumos do Fórum no passar dos meses após o ocorrido.

A Tabela 1 demonstra a frequência das reuniões realizadas ao longo dos meses, no período de novembro de 2015 a dezembro de 2016. Conforme pode-se observar, as reuniões foram realizadas todos os meses desde o desastre até 1 ano após. Com elevada frequência, a periodicidade mensal é de 3 a 4 reuniões. Ao longo do período estudado, 49 reuniões foram realizadas.

Tabela 1. Frequência das reuniões do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce: 2015 a 2016

Ano	2015		2016												Tot
Mês	no	de	Ja	fe	m	ab	m	ju	ju	ag	se	o	no	de	Tot
	v	z	n	v	ar	r	ai	n	l	o	t	ut	v	z	al
Número de Reuniões	3	3	4	3	4	3	5	4	3	5	3	4	3	2	49

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos do Fórum.

Seguido da elaboração e lançamento do Manifesto, e concomitante a realização de reuniões e plenárias, o Fórum promoveu um conjunto de ações que caracterizam seu repertório de ação coletiva em prol da defesa dos direitos humanos na bacia do rio Doce. As ações do Fórum se distribuem entre atos públicos, denúncias, intervenções, passeatas, audiências públicas, etc. Veremos a seguir as principais ações do repertório do Fórum realizadas entre dezembro de 2015 e 2017, apresentadas em ordem cronológica de ocorrência.

### 03/12/2015 – CARTA DENÚNCIA À ONU

Intitulada de “*Independent report on social and environmental impacts of Rio Doce’s contamination (Espírito Santo)*”, essa carta teve como principal apelo à ONU (Organização das Nações Unidas) a investigação “independente” sobre o rompimento de barragem da Samarco. Escrita em inglês, consta nela todos os argumentos dos ativistas do Fórum de que não foi acidente e, por isso, o desastre deveria ser investigado a fundo.

### 01/04/2016 – DENÚNCIA À OEA

Denúncia do Fórum à OEA (Organização dos Estados Americanos), com pronunciamento de seu representante na organização internacional de proteção aos direitos humanos, em Washington (EUA), no dia 01 de abril de 2016. No discurso feito à OEA, o ativista porta-voz do Fórum tratou o rompimento da barragem como o maior desastre com barragem de rejeitos em termos de volume dos últimos 100 anos. A lama tóxica, como aponta, matou pessoas e animais, destruiu cidades no estado de Minas Gerais e, seguindo a bacia do rio Doce (o quinto maior rio do Brasil), cruzou o estado do Espírito Santo, chegando no oceano. “Até hoje os especialistas não sabem dizer qual será a direção dos resíduos e nem os impactos causados no ecossistema” (FÓRUM, Denúncia à OEA, p.1), lembrando que seis meses após o rompimento, a lama continua a vazar da barragem. Bruno informou da grave situação do Brasil, que tem 27 mil barragens operando, enquanto a agência responsável pela fiscalização, o Departamento Nacional da Produção de Minério (DNPM), possui 220 técnicos, sendo apenas 12 treinados para inspecioná-las. “Em números concretos, a falta de profissionais nesta área nos faz concluir que em 2015 apenas 60 projetos foram adequadamente monitorados” (FÓRUM, Denúncia à OEA, p. 2)

A denúncia relatou ainda o caso de Colatina, noroeste do Estado, onde o abastecimento de água foi completamente interrompido, causando caos social. “A falta de água não foi o único problema, mas sérios conflitos geraram uma avaria social, sendo necessária a intervenção de militares e forças especiais” (FÓRUM, Denúncia à OEA, p. 2). E, ainda, que a contaminação da água afetou a atividade pesqueira nas comunidades ribeirinhas do rio Doce, que foi paralisada imediatamente. O estudo divulgado recentemente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que aponta a contaminação por metais pesados em algumas espécies de peixe em até 140 vezes o permitido pela legislação, também foi apresentado no evento internacional.

Outro ponto denunciado foi que a Samarco assumiu o papel de definir as ações de reparação dos danos, como identificar a população afetada e determinar uma distribuição segura de água potável para consumo dos humanos. Assim, dizem: “Portanto, a não ser que o Poder Judiciário interfira, é a Samarco que tem a palavra final na distribuição de água mineral para a população afetada” (FÓRUM, Denúncia à OEA, p. 3). Segundo o Fórum, em encontro realizado na comunidade ribeirinha de Mascarenhas, no Espírito Santo, em dezembro de 2015, a empresa proibiu a entrada de um membro da entidade de sociedade civil e de jornalistas que estavam com ele. Esse episódio, como apontou o mesmo ativista, mostra uma prática comum na relação das empresas mineradoras com as comunidades afetadas: elas escolhem alguns líderes locais e fazem negociações a portas fechadas. “As negociações da empresa com as comunidades promovem uma fragmentação da própria comunidade, já que ignora seu modelo organizacional das comunidades” (FÓRUM, Denúncia à OEA, p. 3)

O discurso enfatizou ainda os descumprimentos pela empresa dos prazos estabelecidos nos termos de ajuste de conduta e no acordo extrajudicial “construído sem nenhuma participação popular e sem que os atingidos fossem ouvidos” (FÓRUM, Denúncia à OEA, p. 4). Esse acordo, denunciou o ativista do Fórum, defende muito mais os interesses das empresas do que o das comunidades.

#### 01/04/2016 – ATO PÚBLICO

Convocação em 30/03/2016 para ato público nas ruas de Vitória, realizado no dia 1º de Abril, evento concomitante à denúncia do Fórum na OEA (Organização dos Estados Americanos). O ato foi nominado “Dia 1º de Abril: dia das mentiras da Samarco” e realizado em frente ao Palácio Anchieta, sede do governo do Estado. (Vide Figura 1, em Anexo).

#### 29/06/2016 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Evento promovido pelo Fórum, de grande relevância e repercussão, em 29/06/2016, foi a primeira Audiência Pública no Espírito Santo realizada após o rompimento da barragem (Figura 2, em Anexo). Com o tema “Crime Ambiental da Samarco e as consequências para o Rio Doce e os atingidos”, a audiência pública reuniu diversos atores, desde o representante da Samarco, parlamentares da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), até os

atingidos diretamente pelo desastre (Figura 3, em anexo). A organização do evento partiu da Comissão de Meio Ambiente e da Frente Parlamentar em Defesa do Rio Doce – presididas pelos deputados estaduais Rafael Favatto (PEN) e Josias da Vitória (PDT), respectivamente –, em atendimento a uma demanda do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce. A iniciativa do Fórum de promover a audiência pública foi embasada na acusação de omissão dos poderes públicos frente ao desastre, nos seguintes termos: “Temos percebido que a atuação da Assembleia Legislativa, assim como a de órgãos do governo, tem sido muito propensa ao atendimento à empresa. Queremos dar mais voz aos atingidos!” (SÉCULO DIÁRIO, acesso em 30/06/2016)

Segundo roteiro feito em Reunião Extraordinária para realização da Audiência Pública, foram convidados a comparecer no dia: Deputados, procuradoria Geral do ES, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), Secretaria de Estado da Agricultura do Espírito Santo (SEAG), Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB), Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA), o presidente da OAB, Ministério Público (MPES), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), um promotor de justiça, representantes do Fórum e das empresas responsáveis pelo desastre; A partir de análises no vídeo da Audiência Pública fornecido pela ALES, nesta estiveram presentes, além dos citados no Roteiro, alguns atores e representantes de entidades e instituições; alguns substituindo um ou outro citado no Roteiro: Defensoria Pública Geral do ES, Gerente Geral da Samarco, Gerentes de Recursos Naturais do IEMA, Comandante da Polícia Ambiental, Prefeito de Linhares, Deputado da ALES, Vereadores de Santa Tereza, Presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio).

Analisando a lista de presenças e a lista de convocados, 37% (aproximadamente) estiveram presentes na Audiência Pública, enquanto 63% se fez ausente. Desses ausentes, podemos perceber que três eram representantes das Empresas responsáveis pelo ocorrido: Samarco e VALE. Como representante da Samarco compareceu o Gerente Geral Alexandre Souto, estando ausente o Presidente Geral da empresa Roberto Lúcio Nunes de Carvalho. Observa-se que o gerente geral Alexandre Souto, a partir da análise de outros documentos e pesquisas gerais, foi o que mais apareceu nas mídias e se propôs ao diálogo, respondendo sempre pela empresa Samarco.

### 07/09/2016 – PROTESTO “GRITO DOS EXCLUÍDOS”

Um dos maiores e de maior visibilidade, o vigésimo segundo Grito dos Excluídos foi organizado pelo Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce juntamente com a Arquidiocese de Vitória no dia 7 de Setembro com o tema “A Vida em Primeiro Lugar”, a partir das palavras do Papa Francisco: “Este sistema é insuportável: exclui, degrada e mata!”. (Vide Figura 4, em anexo).

O tema do ato visou defender a vida humana, em todas as suas dimensões e foi escolhido pela coordenação local como um fato emblemático para simbolizar de que modo um sistema econômico é capaz de excluir, degradar e matar: o crime socioambiental que atingiu o Rio Doce.

Dezenas de pastorais religiosas da Igreja Católica, movimentos sociais, associações e sindicatos foram às ruas e, de acordo com a organização do protesto, representada pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória e pelo Fórum Capixaba em Defesa da Bacia do Rio Doce, 5 mil pessoas participaram. Simbolicamente, um tecido marrom de 500 metros e vários peixes feitos de papel foram usados para representar o Rio Doce e relembrar a tragédia ambiental provocada pela mineradora Samarco, constituindo uma *performance* no repertório de ação coletiva.

### 05/11/2016 – PROTESTO “MANIFESTAÇÃO EM DEFESA DO RIO DOCE”

Após 1 ano do rompimento da barragem, o Fórum promoveu uma manifestação ou protesto público, no município de Colatina/ES, a fim de mostrar que o crime não foi esquecido e alçar visibilidade à causa (Figura 5, em anexo).

### 30/11/2016 – ENCONTRO COM O PRESIDENTE NACIONAL DA OAB

O último evento público promovido pelo Fórum e pela Diocese de Colatina até a data presente foi um encontro da sociedade civil de Colatina/ES com o Presidente nacional da OAB Dr. Cláudio Lamanchia, realizado no dia 30/11/2016, no município de Colatina. Assim, no ano de 2017, não foram observadas novas atividades de mobilização organizadas pelo Fórum.

## Discussão e Conclusões

O Fórum Capixaba em Defesa da Bacia do Rio doce, desde sua criação em Dezembro de 2015, de fato, teve papel importantíssimo como movimento social na luta, denúncia e defesa dos Direitos Humanos. Desde o deslizamento da barragem da Samarco o Fórum promoveu ações coletivas, a partir das quais foram obtidos resultados e respostas que até então estavam silenciadas. Os atingidos direta e indiretamente tiveram voz a partir dos espaços e eventos promovidos pelo fórum, destacando aqui a Audiência Pública na Assembleia Legislativa em Junho de 2016 que contou com a presença de representantes da empresa criminosa responsável pelo desastre, representantes de órgãos sociais e de defesa do meio ambiente, e por esses atingidos.

Por se tratar de um ocorrido recente e o fórum ser recém-criado, é inevitável que mude com frequência suas estratégias e formas de ação. Essa mudança no repertório da ação coletiva é um dos temas abordados por Charles Tilly em seus escritos sobre Movimentos Sociais e discutidos por Angela Alonso. Tilly assinalou as formas especificamente políticas de agir: daí a noção de “repertório”, o “pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012, p. 22). O conceito evidenciava a lentidão no tempo das estruturas culturais, portanto dava espaço aos agentes, devido a lógica volátil das conjunturas políticas que os obrigaria a escolhas contínuas, conforme oportunidades e ameaças variáveis. Ou seja, a conjuntura política, o contexto do momento e o *boom* pós-desastre influenciam e influenciaram na emergência do Fórum e na sua atuação desde seu início até agora.

A *performance* dos atores que compõem o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce, ou seja, suas interpretações e inovações no repertório de ação coletiva foram se modificando de acordo com o passar do tempo. Hoje podemos dizer que assistimos ao esmaecimento do tema do desastre na sociedade, bem como a omissão dos meios de comunicação de massa sobre o acontecimento. Diante desse cenário, os atores sociais têm se desmobilizado e desengajado do processo de luta em defesa dos Direitos Humanos na arena do Fórum Capixaba do Rio Doce, pois, ao que parece, o mesmo atualmente perde força e enfrenta desafios inesperados. Nesse momento, somado a frágil mobilização dos atores, assiste-se a desvinculação de alguns ativistas do Fórum e o sentimento de frustração e desesperança parece reinar diante do cenário da política brasileira. Naturalmente, a suposta desmobilização do Fórum não significa necessariamente o cessar de outras formas de ação coletiva em prol dos Direitos

Humanos na bacia do rio Doce. Destaca-se, assim, a necessidade de novas pesquisas sobre o tema.

Em última análise, o Fórum Capixaba em Defesa da Bacia do Rio Doce, desde sua emergência, foi responsável pela disseminação de denúncias no Brasil e no mundo acerca do desastre. Através de suas diversas intervenções, medidas importantes para reparação dos danos foram tomadas desde a efetivação de políticas públicas até a paralisação total da empresa responsável pelo crime socioambiental que deixa marcas até hoje.

#### Referências

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76, 2009, p. 49-86.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v.02, n.03, 2012, p. 21-41.

LOWY, Michael. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 28, p. 35-50, 2009.

GEPEDES. **Rompimento da barragem do Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES)**. Relatório. Vitória-ES, 2017.

TARROW, S. **O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, Nº 3, 2010, p. 133-160.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. 2010. “Organizações, coalizões e movimentos”, **Revista Brasileira de Ciência Política**, 3, p. 219-250.

Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce. **Manifesto de criação**. Vitória-ES, 2015.

Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce. **Denúncia à OEA**. Vitória-ES, 2016.

### **Social movements and the tragedy in Rio Doce: a case study of the Capixaba Forum in defense of the Rio Doce Basin**

#### ABSTRACT

The following study aim to verify the efficiency of the Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce, concerning its main fight strategies to defend Human Rights and analyse the main aspects of the emerging civil society organizations on the socio-environmental disaster on Bacia do Rio Doce (collectives, social movements, civil entity and organizations). The Political Process Theory will be the light to observe the social movements and active civil organizations dynamics of Forum as its collective action repertoire, its relationship network and its interpretative framing. This way, an empirical research was made to comprehend the human right defence network development through the articulation and diffusion action of Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce. As well as to comprehend the emerging civil organizations in the context and the various actions from Forum that act against human rights violations on the Rio Doce disaster. A qualitative method was used to develop this study and the sources' document search was established by associated social actors.

Keywords: Social Movements, Human Rights, Socio-environmental Disaster, Rio Doce, Activism, Networks.